

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

A mobilização do elemento geográfico para a construção do marxismo de David Harvey

Bruno Carvalho Michaelovitch de Mahiques

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17584>

Submetido em: 2026-08-21

Postado em: 2026-08-21 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A mobilização do elemento geográfico para a construção do marxismo de David Harvey

The mobilization of the geographic element in the construction of David Harvey's Marxism

Bruno Carvalho Michaelovitch de Mahiques

Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-3651-1315>

tunomahiques@gmail.com

Recebido em: 10-09-2025

Aprovado em: 19-05-2026

Editor do artigo: Ricardo Mendes Antas Jr

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir como David Harvey incorpora o elemento geográfico em seu pensamento marxista, tendo como parâmetro a primeira década de produção marxista do autor, cuja síntese principal é a publicação de *Os limites do capital*. Para isso, analisou-se o contexto da virada dos anos 1970, pautado em grande efervescência política e cultural e por uma transformação estrutural na dinâmica da acumulação capitalista. Também se avaliou seus desdobramentos na academia, definindo-se um marco na transição de David Harvey do neopositivismo ao marxismo. Com esse estudo, concluiu-se que David Harvey acessa o marxismo a partir da problemática urbana. No entanto, o autor acaba por agregar uma dimensão geográfica à teoria da acumulação de Marx e às crises do capitalismo e seus desdobramentos na geografia histórica do capitalismo, guiada pelo desenvolvimento geográfico desigual. Desta forma, Harvey se insere com peso no universo de autores que buscaram formular uma teoria marxista da Geografia.

Palavras-chave: Geografia da acumulação, Geografia marxista, Crise do capitalismo, Geografia histórica.

Abstract

This article aims to discuss how David Harvey incorporates the geographical element into his Marxist thinking, taking as a parameter the author's first decade of Marxist production, the main synthesis of which is the publication of *The Limits of Capital*. The context of the turn of the 1970s has been analyzed, marked by significant political and cultural effervescence and a structural transformation in the dynamics of capitalist accumulation and its consequences in academia, with David Harvey's transition from neopositivism to Marxism being a milestone. This study concluded that David Harvey accessed Marxism from the urban problem. However, the author adds a geographical dimension to Marx's theory of accumulation and the crises of capitalism and its unfolding in the historical geography of capitalism, guided by uneven geographical development. In this way, Harvey is included in the universe of authors who have sought to formulate a Marxist theory of Geography.

Keywords: Geography of accumulation, Marxist Geography, Crisis of capitalism, Historical Geography.

Resumen

Este artículo se propone discutir cómo David Harvey incorpora el elemento geográfico en su pensamiento marxista, tomando como parámetro la primera década de producción marxista del autor, cuya principal síntesis es la publicación de *Los límites del capital*. Para eso, se ha analizado el contexto del cambio de década de 1970, marcado por una gran efervescencia política y cultural y una transformación estructural en la dinámica de la acumulación capitalista, así como sus consecuencias en la academia, teniendo como hito la transición de David Harvey del neopositivismo al marxismo. Con este estudio se ha concluido que David Harvey accede al marxismo desde la problemática urbana. Sin embargo, el autor termina añadiendo una dimensión geográfica a la teoría de la acumulación de Marx y a las crisis del capitalismo y sus consecuencias en la geografía histórica del capitalismo, guiada por el desarrollo geográfico desigual. De esta manera, Harvey se sitúa de forma destacada entre el universo de autores que buscaron formular una teoría marxista de la Geografía.

Palabras clave: Geografía de la acumulación, Geografía marxista, Crisis del capitalismo, Geografía histórica.

Introdução

David Harvey (1935-) é um dos maiores marxistas vivos na atualidade. Tendo apresentado publicações durante mais de 50 anos, sua contribuição abarca uma série de temas de grande relevância para a Geografia contemporânea, tais como os dilemas da acumulação capitalista; o desenvolvimento urbano a partir do último quarto do século XX e suas diversas problemáticas; a análise da “condição pós-moderna”, ou seja, das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que permearam as últimas décadas do século XX; a busca por apresentar uma atualização da teoria do imperialismo, entre outros temas.

Além disso, o autor possui grande importância ao incorporar, à teoria marxista, conceitos e objetos de estudo que até então se encontravam localizados somente no âmbito dos estudos em Geografia. Sua própria obra reflete essa passagem, apresentando de forma nítida um movimento de incorporação do arsenal teórico do marxismo à disciplina geográfica, em consonância com o surgimento da *Geografía crítica*, uma nova corrente teórica dentro da Geografia que questionava o papel historicamente instrumental da ciência à política imperial dos Estados do centro do capitalismo, e que contou com forte influência teórica do marxismo. Por mais que a ciência geográfica tivesse, há muitos anos, como uma de suas grandes preocupações, a relação entre os ambientes construídos e as sociedades que os habitavam¹, o encontro com o marxismo ainda parecia estranho e era pouco desenvolvido até aquele momento.

Esta situação foi abalada diante de um cenário de radicalização das lutas pelos direitos civis, de movimentos de libertação nacional, e do movimento internacional contra a Guerra do Vietnã, na virada dos anos 1960 para 1970 (HARVEY, 2005c). Particularmente para David Harvey, além desses aspectos, a mudança para um ambiente acadêmico mais aberto a posições independentes, como a Universidade Johns Hopkins, em Baltimore (HARVEY, 2005b), favoreceu esta nova síntese. Suas elaborações, portanto, se inseriram em estudos no âmbito da disciplina da Geografia em uma quadra histórica que, à sua maneira para cada um dos diferentes

¹ Para tomar dois exemplos clássicos, ver RATZEL, Friedrich. “Geografia do Homem (Antropogeografia)”. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990; LA BLACHE, Princípios de Geografia Humana. Lisboa: Cosmos, 1954; RECLUS, Élisée. “A ação do homem como modificador das condições naturais, dominando e transformando a natureza”. In: ANDRADE, Manuel Correia de (org.). Élisée Reclus. São Paulo: Ática, 1985, entre outros.

autores, propiciou o encontro entre o referencial teórico marxista e o que chamamos de “aspectos geográficos”, ou seja, questões relacionadas à localização, à distribuição, às desigualdades, e à produção de transformações espaciais enquanto questões relevantes para a produção científica – não somente enquanto “complicações desnecessárias” -, e que até então estavam muito circunscritas aos estudos em Geografia.

Desta forma, Harvey busca elaborar uma interpretação da obra de Marx sob o prisma da circulação de capital e com foco mais detido sobre as crises do capitalismo e nas maneiras que o capital encontra para contorná-las. Com isso, busca desenvolver a centralidade dos aspectos geográficos na dinâmica da acumulação capitalista, o que considera como a maior lacuna da produção de Marx: Isso se fundamenta a partir da reflexão baseada nos três livros de “O Capital” e dos “Grundrisse”, com um olhar mais detido sobre as crises inerentes à acumulação capitalista, o que o autor posteriormente chamaria dos três “recortes” na teoria da crise de Marx (HARVEY, 2013).

Isto posto, este artigo tem como objetivo discutir como o autor incorpora o elemento geográfico em seu pensamento marxista, ou seja, tanto a dimensão geográfica dos processos sociais, quanto a análise dos aspectos geográficos presentes na realidade. Buscou-se como parâmetro a primeira década de produção marxista do autor², cuja síntese principal é a publicação de *Os limites do capital* (HARVEY, 2013), em 1982. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que tem como método o materialismo histórico dialético, tendo recorrido, ao estudo de *Os limites do capital* (HARVEY, 2013), com aportes de *Justiça social e a cidade* (HARVEY, 1980) - obra que delimita a transição de Harvey de uma perspectiva neopositivista para uma perspectiva marxista -, e de obras que buscam discutir o balanço dos encontros entre marxismo e a dimensão geográfica dos processos sociais, e da obra de Harvey particularmente.

É sabido que foram inúmeras as leituras das obras de Marx e de autores marxistas feitas por geógrafos; em muitos casos, as diferentes ênfases na leitura dos textos do pensador alemão levam a diferentes caminhos da produção de um raciocínio geográfico que incorpore a crítica da economia política. Neste cenário, é pertinente compreender mais a fundo o movimento da produção teórica marxista de David Harvey, não somente para analisar com mais precisão os fundamentos de seu pensamento geográfico, mas pelo fato de o autor ser um dos primeiros pensadores marxistas a apresentar o componente geográfico como central no entendimento da acumulação capitalista, além de ser um dos maiores teóricos marxistas vivos na atualidade, cuja

² Considerar-se-á como primeira década os estudos entre 1971, quando adere ao marxismo enquanto método de análise começa a coordenar grupos de leitura anuais sobre *O Capital* (HARVEY, 2016), e a publicação de “Os limites do capital”, em 1982.

produção acadêmica condensa uma determinada relação entre o campo de estudos da Geografia e o marxismo.

Igualmente, é pertinente analisar a formação de seu pensamento geográfico ao refletir a busca por respostas teóricas em um momento de profundas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais no capitalismo, como foram as crises econômicas dos anos 1970, assim como as mudanças profundas na própria dinâmica internacional da produção e da circulação do capital.

A passagem do neopositivismo ao marxismo

A Geografia do pós-Guerra nos países anglófonos, tradição à qual David Harvey remetia, possuía uma forte influência neopositivista, em uma corrente teórica conhecida como “Nova Geografia”. Este desenvolvimento foi fruto do momento político pelo qual passavam os grandes Estados nacionais do centro do capitalismo, marcado, a título de exemplo, pelo Macarthismo nos Estados Unidos e pelos planos imperiais britânicos. Com isso, a Geografia se tornou uma disciplina de caráter sobretudo funcionalista. De acordo com Harvey (2005b, p. 19), “rejeitava-se a ideia de que a geografia poderia ou deveria ter algum papel global, assim como se repudiava a idealização de estratégias geopolíticas”.

A “Nova Geografia”, então, desenvolvia planos “ideais”, ancorados em modelos matemáticos, e incorporava aportes das teorias da localização de uma economia espacial. Para Capel, essa Geografia busca ter como ponto de partida a empiria, “[...] la experiencia, y [ser] profundamente antiidealista, con exclusión de los problemas metafísicos que son pseudoproblemas”³ (CAPEL, 1981, p. 370). Assim, existe a preocupação com a utilização de uma linguagem comum, de caráter mais “universal” aos seus postulados teóricos. Além disso, o autor também ressalta que a ciência deixa de ter um caráter idiográfico, interessada no estudo das particularidades regionais, para assumir um caráter nomotético, buscando generalidades que possam ser aplicadas a qualquer realidade. Desta maneira, se ressignifica, por exemplo, o conceito de *região*, de forma que “las regiones polarizadas, es decir, organizadas por una red urbana, pasan a ser consideradas como ejemplos de sistemas abiertos, y estudiados a partir de la teoría general de los sistemas”⁴ (CAPEL, 1981, p. 391). Para Bey, Pons e Reynés (2011), em

³ Tradução nossa: “[...] a experiência, e [ser] profundamente antiidealista, com exclusão dos problemas metafísicos que são considerados pseudoproblemas”.

⁴ Tradução nossa: “as regiões polarizadas, ou seja, organizadas por uma rede urbana, passam a ser consideradas como exemplos de sistemas abertos, e estudados a partir de uma teoria geral dos sistemas”.

consonância com Capel, se tratava de uma teoria que deixava de lado a indução, o historicismo e o determinismo causal, em oposição à busca por definições rígidas, utilizando, frequentemente, a linguagem matemática para obter tais objetivos.

Speridião Faissol (1972), neste sentido, comenta a obra de Harvey, *Explanations in Geography*, que expressa este primeiro momento da trajetória teórica do autor, de adesão à perspectiva neopositivista. De acordo com o autor, a obra buscava, “[...] pela via filosófica, identificar o domínio específico da atividade geográfica (ou o conjunto de domínios), provendo essa identificação com um corpo de teoria articulada e validada por via da metodologia” (FAISSOL, 1972. p. 117). Desta maneira, se afirmava que o desenvolvimento da Geografia precisava estar associado à constituição de um arsenal de método rígido.

No entanto, ao mesmo tempo que David Harvey publicava sua primeira grande obra, o mundo passava por fortes convulsões sociais. Os levantes iniciados na França, em maio de 1968, e que se espalharam pela Europa, trazendo consigo uma nova onda das lutas emancipatórias, a Primavera de Praga – que lutava por uma perspectiva mais democrática e libertadora na construção de um Estado socialista –, os movimentos nacionais de libertação nacional, e a luta contra a Guerra do Vietnã foram alguns dos principais eventos históricos que trouxeram grandes turbulências ao debate público e também ao ambiente acadêmico das ciências humanas. Na Geografia, se desenvolveram novos questionamentos que encontraram eco na recém-fundada revista *Antipode*, a partir de uma corrente anti-imperialista de geógrafos da Universidade de Clark, Massachusetts. Estas transformações propiciaram o encontro de Harvey com as discussões do âmbito do marxismo. De acordo com o autor,

Parecia importante se ocupar com Marx por duas razões instigantes: em primeiro lugar, para entender por que essa doutrina, tão denegrida e menosprezada nos círculos oficiais do mundo de fala inglesa, podia ter um apelo tão grande entre aqueles que lutavam ativamente pela emancipação em todas as outras partes; em segundo lugar, para verificar se uma leitura de Marx poderia ajudar a estabelecer uma teoria crítica da sociedade, para abarcar e interpretar os conflitos sociais que culminaram com o alto drama político (aproximando-se da revolução cultural e política) desenrolado entre os anos críticos de 1967 e 1973 (HARVEY, 2005c. p. 12).

Este encontro se expressou, pela primeira vez, na publicação de *Justiça Social e a Cidade*, em 1973, no qual o autor busca superar as “formulações liberais” e alcançar “formulações socialistas” que dessem conta de discutir a problemática do urbanismo e sua relação com a justiça social. Nesta obra, o autor traça um importante diálogo com Henri Lefebvre, a partir dos livros *O pensamento marxista e a cidade* (1972) e *A revolução urbana*

(2002), nas quais o filósofo francês apresenta algumas ideias que passam a ser incorporadas por Harvey. Alvarez (2019) aponta que a produção do espaço em Lefebvre está relacionada às condições de reprodução da vida social, que se apropria dos meios de produção e apropriação e da divisão social do trabalho, e com isso origina um espaço social produzido, que sobrepõe a finalidade mercantil à finalidade do uso⁵, e majoritariamente em escala. David Harvey, assim, converge com as elaborações da totalidade como relação interna; do urbanismo como autossuficiente, modelando relações com outras estruturas na totalidade; da incorporação do espaço na análise marxista; e da dialética contraditória entre o processo social e a geometria estática da forma espacial. Ainda assim, o autor expressa algumas diferenças conceituais na compreensão do urbanismo, ao apresentar dúvidas acerca da superação da sociedade industrial pela sociedade urbana, como argumentava Lefebvre.

Nota-se também a influência da corrente estruturalista, que ganhou peso no marxismo francês na década de 1970, destacada pelas obras de Godelier e Althusser, entre outros. Para Pedrosa (2013), essa corrente buscava estabelecer uma relação de relativa independência entre a base econômica e a superestrutura, ainda que a primeira tivesse preponderância sobre a segunda, numa vertente que apresentava diferenças com o “marxismo oficial” propagado pela URSS, no qual base econômica exercia uma determinação “simples” sobre a superestrutura. A discussão de Harvey, na conclusão da obra, sobre ser ou não urbanismo uma estrutura separada, com um arranjo de leis próprias, ou expressão de relações de outra estrutura, é expressão dessa influência. Com isso, em *Justiça social e a cidade* já é possível identificar uma mudança na compreensão da abordagem teórico-metodológica da Geografia em relação à qual adotava até então. De acordo com Harvey,

Os processos sociais e as formas espaciais são, na maior parte das vezes, distintos em nossas mentes, se não na realidade; e tem sido uma questão fundamental para mim, desde muitos anos, saber como conciliar a ruptura em nosso pensamento do que aparentam ser duas modalidades distintas e irreconciliáveis de análise. *As formas espaciais são [...] vistas [para Harvey] não como objetos inanimados dentro dos quais o processo social se desenvolve, mas como coisas que ‘contêm’ os processos sociais, do mesmo modo que os processos sociais são espaciais.* Retratar bem a interpenetração do processo social e da forma espacial, que nasce da prática humana, é um problema implícito a ela, a ser superado por ela mais do que um problema que se ligue às propriedades da realidade em si (HARVEY, 1980. p. 2-3, *italico nosso*)⁶.

⁵ Harvey (2013) não fala diretamente sobre a produção do espaço; costuma falar mais sobre a produção de ambientes construídos, a importância das infraestruturas físicas e sociais, e o desenvolvimento geográfico desigual.

⁶ Nota-se, aqui, uma apresentação embrionária do que Harvey (2012) irá qualificar posteriormente como as noções de espaço absoluto, relativo e relacional.

Percebe-se, assim, uma mudança de referencial teórico-metodológico do autor em relação à abordagem neopositivista anteriormente adotada, que separava analiticamente as formas espaciais dos processos sociais que as produziam e que, de acordo com Harvey, estão contidos nelas. Ainda que a ideia da interação entre as formas espaciais e os processos sociais já fosse bastante antiga na Geografia⁷, o autor lança mão da compreensão de que as categorias do pensamento são produtos históricos frutos da ação humana e de sua decorrente transformação social, uma elaboração advinda das discussões de Marx nos *Grundrisse* (MARX, 2011) e até então pouco usual na Geografia. Desta forma, as questões referentes ao urbanismo seriam decifradas a partir da própria ação humana em detrimento de um exercício intelectual lógico, como pressupunha a Nova Geografia⁸.

Nesta direção, o autor conclui o estudo buscando compreender mais a fundo uma “geografia do capital” no urbano, lançando pistas sobre a circulação do capital sobre os ambientes construídos. Nota-se, aqui, uma perspectiva que começa a incorporar uma leitura advinda do marxismo a partir da problemática do urbano; em outras palavras, são as investigações advindas da Geografia que suscitam a necessidade do autor em se aprofundar nos estudos da obra de Marx. Para avançar nessa discussão, Harvey busca desenvolver o que considera como “lacunas” da produção marxiana, e sintetiza essa discussão em *Os limites do capital*, uma obra eminentemente teórica publicada em 1982.

***Os limites do capital* e a consolidação do pensamento marxista em David Harvey**

A obra *Os limites do capital* constitui um importante tratado teórico do que Harvey nomeia enquanto “materialismo histórico-geográfico”, ou seja, o fundamento que o autor desenvolve ao se encontrar com a obra de Marx. Mesmo carregando uma grande densidade teórica de discussão, a obra de Harvey foi pouco discutida nos anos seguintes, somente ganhando mais atenção após a publicação de *Condição Pós-Moderna* (HARVEY, 2014a), em 1989. Sua recepção no ambiente acadêmico trouxe debates que expressam a assimilação, por vezes um tanto conflitiva, do referencial teórico do marxismo na Geografia.

⁷ Ver referências da nota 2.

⁸ Harvey, assim, afirma que “[...] a compreensão do urbanismo e do tema forma-espaco-processo social requer entender como a atividade humana cria a necessidade de conceitos espaciais específicos, e como a prática social e cotidiana resolve, com aparente tranquilidade e perfeição, os mistérios filosóficos profundos relativos à natureza do espaço e às relações entre o processo social e as formas espaciais” (HARVEY, 1980. p. 5).

Diante disso, é importante destacar que, diferentemente das características que Anderson (2018) apresenta como comuns ao “marxismo ocidental”, Harvey centra sua obra em pouco diálogo com outras correntes de pensamento, e até poucos autores do “marxismo ocidental”; do contrário, prioriza em grande medida um diálogo com a própria obra de Marx.

Como consequência, a obra se apresenta em grande medida como um estudo teórico, questão que é advertida pelo próprio Harvey, ao afirmar que “[...] o tempo e o espaço me obrigaram a escrever a teoria como uma concepção abstrata, sem referência à história” (HARVEY, 2013. p. 36). Para Gregory (2006), este é um dos principais “calcanhares de Aquiles” da obra de Harvey, ao se apresentar de forma excessivamente hermética, dialogando pouco com outros autores no âmbito do marxismo e com correntes do pensamento.

Já Castree (2006) exerce um contraponto ao explicitar que

more than any of Harvey’s books this one sticks close to the spirit and letter of Marx the political economist. Though it seems to be a rather austere dissection of capitalism’s temporalities and spatialities, it is also a non-moralistic indictment of this mode of production⁹ (CASTREE, 2006. p. 259).

Este rigor científico, de acordo com Castree (2006) foi se perdendo no decorrer da obra de Harvey durante os anos 1990, quando, de acordo com o primeiro, ela vai assumindo um caráter mais marcadamente político e menos analítico. O próprio Harvey (2013) reconhece este aspecto presente em *Os Limites do Capital*, de uma obra que acabou por analisar a sociedade “acima das classes”, mas atribui a esta característica um valor negativo, de quem se distancia do método de Marx ao não apresentar uma obra científica sob o olhar da classe trabalhadora, o que ele teria buscado corrigir nas suas obras subsequentes¹⁰.

Em síntese, trata-se de um esforço de edificar um escopo teórico que pudesse dar sustentação a estudos de diversas problemáticas, não somente em Geografia. Foi, então, em um ambiente acadêmico marcado pelas turbulências econômicas e políticas da entrada no último quarto do século XX que se localizou historicamente a elaboração teórica sintetizada n’*Os limites do capital*, na busca por responder a questões colocadas por seu tempo.

Neste livro, o autor parte de uma revisão da obra de Marx para discutir a dinâmica da acumulação capitalista, a partir da compreensão de que as crises capitalistas são crises de

⁹ Tradução nossa: “mais do que qualquer outro livro de Harvey, este se aproxima do espírito e da literatura do Marx economista político. Embora pareça ser uma dissecação bastante austera das temporalidades e espacialidades do capitalismo, é também uma acusação não moralista sobre este modo de produção”.

¹⁰ É nítido, a título de exemplo, nas obras posteriores à crise capitalista de 2008 (HARVEY, 2011; 2016; 2019), a busca do autor por alinhar uma rigorosa análise de seu objeto com um posicionamento político mais categórico a respeito das consequências que a acumulação capitalista pode desdobrar.

sobreacumulação, e que as formas pelas quais o modo de produção busca superar suas crises também passa pela própria dinâmica da acumulação. Desta forma, Harvey apresenta os três “recortes” na teoria da crise. O primeiro estaria relacionado à desvalorização do capital excedente, e se refere à necessidade de equilibrar a oferta de capital a ser empregado e as possibilidades de empregar capital por parte do mercado. Já o segundo é referente à relação entre produção, dinheiro e finanças, e se apresenta na constituição do crédito e do capital fictício como formas que se originam na desigualdade de quantidades e de temporalidade nas trocas. De acordo com o autor, isto por um lado exacerba a tendência à superacumulação de capital, e por outro traz consigo as contradições do sistema de crédito, ou seja, a necessidade de que os empreendimentos futuros correspondam na produção de mais-valia à valorização dos ativos fictícios do presente.

Na impossibilidade de se resolver as crises de acumulação a longo prazo pelos dois primeiros “recortes”, Harvey identifica na dimensão geográfica o terceiro “recorte” da teoria da crise de Marx. Em outras palavras, o autor compreende os deslocamentos espaciais de capital e a produção dos ambientes geográficos como formas pelas quais o capitalismo busca superar os limites de sua acumulação¹¹.

Para compreender isso, o autor se detém à análise da circulação do capital fixo que, em muitas vezes, está fixado e imóvel na superfície terrestre. Essa modalidade de capital, de acordo com Marx, se refere aos investimentos de capital constante que transferem seu valor à mercadoria final de forma fragmentada para várias mercadorias, e não de forma integral para uma só mercadoria (localizam-se aí, por exemplo, máquinas nas fábricas, navios, rodovias, caminhões, galpões etc.). Harvey compreende que a circulação de capital nesta modalidade requer, na maioria das vezes, um emprego elevado de investimento inicial, que pode estar representado por excedentes de mão de obra, de mercadorias ou de dinheiro. Assim, os investimentos em capital fixo aparecem como possíveis respostas aos excedentes de capital ociosos. No entanto, “[...] como o emprego do capital fixo significa um aumento na produtividade da mão de obra, o deslocamento do capital circulante para o fixo só pode exacerbar o problema da superacumulação a longo prazo” (HARVEY, 2013. p. 299).

Ademais, a necessidade de grandes investimentos iniciais poderia ser inicialmente atenuada pela entrada do sistema de crédito, que desobriga a concentração de uma grande

¹¹ Aqui, o autor parte da definição de Marx, de que a acumulação capitalista busca constantemente a “anulação do espaço pelo tempo” (MARX, 2011. p. 432), mas incorpora a definição de que, neste processo, o capital produz novos ambientes geográficos, e o faz reproduzindo as contradições do valor, que se expressam, entre outras coisas, na dialética entre o dinamismo e a fixidez de capitais nos ambientes construídos.

quantidade de capital para ser investida de uma só vez, já que a taxa de juros corresponderia à expectativa de valorização futura a partir do investimento de capital. No entanto, essa valorização pode não se realizar, aprofundando as contradições que o autor apresentou no segundo “recorte” da teoria da crise.

Este processo apresenta uma dimensão geográfica ao passo que a maior parte dos capitais fixos também é imóvel no espaço, dando centralidade à questão da localização dos capitais fixos como também um elemento que irá influenciar geograficamente o investimento de novos capitais. Harvey, assim, apresenta que

[...] a utilidade de elementos particulares depende da sua localização em relação a outros – lojas, moradias, escolas e fábricas devem todas ser razoavelmente próximas umas das outras. Toda a questão da *ordenação espacial do ambiente construído* tem então de ser considerada; a decisão de onde colocar um elemento não pode ser divorciada do “onde” dos outros (HARVEY, 2013. p. 316, *itálico nosso*).

Esta definição traz também consigo contradições da própria forma do valor, melhor dizendo, passa a se desenvolver localmente o efeito da competição entre diferentes regiões geográficas pelo investimento de capitais ociosos, o que pressiona por maiores desenvolvimentos tecnológicos, acentuando os problemas da superacumulação, além da busca constante por melhores oportunidades de valorização em outras localidades. Por outro lado, se desenvolve o que o autor compreende por *inércia geográfica*, ou seja, o fato de que o investimento de capital numa determinada localidade atrai novos investimentos para aquele ambiente, gerando uma concentração localizada de capital.

Desta forma, Harvey aponta que

O capitalismo depende cada vez mais do capital fixo (incluindo aquele incorporado em um cenário de produção específico) para revolucionar a produtividade de valor do trabalho, mas acaba descobrindo que essa fixidez (a distribuição geográfica específica) se torna a barreira a ser superada. A tensão entre a instabilidade gerada pelo capital recém-formado e a estagnação associada aos investimentos passados está sempre presente dentro da geografia da produção capitalista (HARVEY, 2013. p. 502).

Nesta situação, o autor apresenta que as crises frequentemente aparecem como formas de buscar equilibrar essas contradições geográficas.

Fruto da concentração geográfica dos investimentos em capital fixo, vão se formando infraestruturas e instituições sociais¹², originando também uma superestrutura combinada a estes investimentos em capitais fixos¹³. O desenvolvimento das cidades e o urbanismo, discutido por Harvey em “Justiça social e a cidade” podem ser analisados a partir dessa chave conceitual. E, da mesma forma como os investimentos em capitais fixos, as infraestruturas sociais acompanham a instabilidade e a tensão entre a inércia geográfica e a busca por investimentos mais lucrativos, formando um desenvolvimento desigual das infraestruturas sociais.

Desta forma, de acordo com o autor,

[...] a geografia social moldada às necessidades do capital em um momento da história não é necessariamente consistente com as exigências posteriores. Como essa geografia é difícil de mudar e com frequência o foco de pesado investimento de longo prazo, ela então se torna a barreira a ser transposta. Novas geografias sociais têm de ser produzidas, com frequência a um alto custo para o capital e em geral acompanhadas por um sofrimento humano considerável. Por essa razão, a reestruturação periódica da geografia das infraestruturas sociais em geral é realizada no decorrer de uma crise. A desvalorização específica do lugar do capital incorporado nas infraestruturas sociais, sem falar na destruição dos meios de vida tradicionais e de todas as formas de localismo construído em torno das instituições sociais e humanas, torna-se assim um dos elementos centrais da formação e resolução da crise no capitalismo (HARVEY, 2013. p. 512).

Nota-se, aqui, a importância que ganha, na análise do autor, a discussão acerca da crise na dinâmica da acumulação capitalista, particularmente em sua esfera geográfica. As necessidades impostas pelo capital vão alterando as diferentes geografias sociais no decorrer da história, num processo cujas transformações mais profundas são marcadas pelas crises de acumulação, como expressões do limite ao qual havia chegado determinada configuração da acumulação, mas também como oportunidade para remodelar as relações sociais e também espaciais. Desta maneira, as diferentes formas de circulação e mobilidade espacial fazem com

¹² Toda uma miríade de infraestruturas e instituições que “[...] regulam os contratos, o câmbio, o dinheiro e o crédito, assim como a competição intercapitalista, a centralização dos capitais, as condições de trabalho (como a jornada de trabalho) e vários outros aspectos da relação capital-trabalho. Com frequência definem estruturas particulares para a luta de classes. Proporcionam meios para a produção de conhecimento científico e técnico, novas técnicas de gerenciamento e novos meios para facilitar a coleta, o armazenamento e a comunicação das informações. Elas também abarcam a ampla variedade de instituições que contribuem para a reprodução da força de trabalho (saúde, educação, serviços sociais etc.) e da vida cultural em todos os seus variados aspectos (incluindo aquele da burguesia). Oferecem meios de controle ideológico e também fóruns para o debate ideológico. Mais sinistros são os meios de vigilância e repressão, sempre o último recurso quando a sociedade mergulha no caldeirão do feroz conflito de classe” (HARVEY, 2013. p. 506-507).

¹³ Nota-se, aqui, uma preocupação de Harvey em extrair não só o aspecto econômico da obra de Marx para a elaboração de sua Geografia, mas também os aspectos relacionados às esferas política, social e cultural, mesmo que de forma tangencial.

que o capitalismo molde sua geografia histórica, ou seja, o “[...] processo social que se baseia na evolução das forças produtivas e das relações sociais que existem como configurações espaciais particulares” (HARVEY, 2013. p. 533).

Com isso, vai se constituindo determinada lógica para o desenvolvimento da geografia histórica do capitalismo, pautada pelas diferenciações espaciais referentes aos investimentos de capital e também a conformação de infraestruturas sociais, bem como a constituição de uma dinâmica integrada e inter-relacionada entre os diferentes lugares, com diferentes intensidades de valorização do capital, crises localizadas de acumulação, e desenvolvimento da geografia social. Em outras palavras, “a organização geográfica do capitalismo internaliza as contradições dentro da forma de valor. É isso que quer dizer o conceito do inevitável *desenvolvimento [geográfico] desigual do capitalismo*” (HARVEY, 2013. p. 528, *itálico nosso*)¹⁴.

Chegando a esta definição, cabe retornar à relação entre a dinâmica espacial da crise de acumulação capitalista e a totalidade da acumulação. Harvey apresenta que, fruto dos desdobramentos geográficos da acumulação, formam-se alianças regionais de classes e frações de classes em torno de possibilidades momentâneas de desenvolvimento regional, o que complexifica também a oposição categórica de classes de Marx, à qual Harvey também não se opõe, entre burguesia e proletariado. Esta situação ajuda a dinamizar determinadas esferas da acumulação, mas não é capaz de resolver na totalidade a crise – no máximo, pode jogá-la para frente. A crise de acumulação, portanto, de acordo com o autor, se expressa de maneira mais embrionária na escala local, mas, ao se desenvolver, atinge também as escalas regional, nacional e até internacional.

Diante dela, Harvey analisa as possibilidades de seu deslocamento espacial. Em primeiro lugar, estariam colocadas as possibilidades da exportação de produtos para uma formação social não capitalista, buscando resolver os excedentes de capital sob a forma de mercadorias produzidas que não encontrariam espaço para serem vendidas no mercado. No entanto – o autor ressalta – a demanda de produtos em formações sociais não capitalistas é finita, e tende a não crescer, enquanto a demanda de produtos produzidos a serem vendidos continuaria crescente.

Uma segunda possibilidade seria a exportação de capitais sobreacumulados para países capitalistas, o que poderia significar um alívio importante para capitais ociosos, além de fontes de investimento a longo prazo em países com espaço para se desenvolverem. No entanto, essa saída ampliaria os problemas da acumulação a longo prazo, já que o montante de capitais

¹⁴ Apesar do conceito de “desenvolvimento geográfico desigual” permear boa parte da obra de David Harvey, com escritos de diferentes épocas, é importante mencionar que o autor apresenta praticamente a mesma definição do conceito enquanto “geopolítica do capitalismo” em um artigo homônimo publicado em 1985 (HARVEY, 1985b).

sobreacumulados tenderia a aumentar dado a ampliação da produção geral da massa de capital pelo mundo.

Por fim, uma terceira saída seria simplesmente a acumulação primitiva na fronteira, ou seja, empregar capitais ociosos sem perspectiva de valorização em investimentos em novas parcelas do globo ou sobre setores populacionais ainda não integrados ao capitalismo, num processo de permanente acumulação primitiva¹⁵. No entanto, o autor argumenta que a superfície da Terra é finita, assim como a possibilidade de integrar setores que ainda não tenham sido integrados à dinâmica da acumulação capitalista.

Diante da impossibilidade das anteriores, Harvey apresenta que o capitalismo passa a exportar a crise através de métodos violentos e destrutivos, através de processos que, ao destruir parte dos ambientes geográficos, permitam a reorganização geográfica da acumulação e a abertura de novas potencialidades de investimentos lucrativos¹⁶. Estes processos, em escala mundial, se desdobram sob a forma de imperialismos, guerras, e ocupações¹⁷.

Desta maneira, conclui que as consecutivas crises de acumulação não apresentam uma “saída interna” no capitalismo, ainda que isso não signifique que o modo de produção permaneça estático diante de suas crises, muito pelo contrário. É na tendência entre a fixidez – para valorizar investimentos passados de longo prazo – e o dinamismo, que se constrói uma geografia da acumulação capitalista, refletindo em si própria as contradições fundamentais do modo de produção, tais como as oposições entre valor de uso e valor, capital e trabalho, burguesia e proletariado etc., através da disputa de capitais ociosos por novos lugares de investimentos lucrativos, originando práticas imperialistas e até guerras. No entanto, o autor compreende que a única saída real para o problema da crise de acumulação do capitalismo seria mediante uma “dialética externa”, ou seja, com base na superação das categorias de capital e trabalho, valor e valor de uso, burguesia e proletariado. Em síntese, pela superação do próprio modo de produção.

Assim sendo, Harvey conclui sua obra incorporando o aspecto geográfico à análise da dinâmica das crises de acumulação capitalistas, tanto como dimensão na qual a crise se realiza, quanto como um mecanismo na busca pelo deslocamento das crises capitalistas. Trata-se de uma conclusão bastante sugestiva a respeito do funcionamento das crises capitalistas, mas

¹⁵ Nota-se, aqui, um embrião do que Harvey irá conceituar posteriormente como a *acumulação por despossessão/espoliação* (HARVEY, 2014b).

¹⁶ Visualiza-se, aqui, a explicação para o que o autor conceituará, posteriormente, como a *destruição criativa da Terra* (HARVEY, 2015).

¹⁷ Percebe-se, então, a conexão entre as elaborações de Harvey e a teoria do imperialismo de Lenin e dos autores marxistas do início do século XX.

também enquanto uma maneira de correlacionar o escopo teórico do marxismo com uma abordagem geográfica. No entanto, David Harvey não foi o único autor que buscou correlacionar o marxismo e a Geografia. No tocante ao conteúdo de sua obra, particularmente no seu desenvolvimento conceitual, o autor foi confrontado por outros autores que contrapuseram, de outras maneiras, a disciplina geográfica com o arsenal teórico do marxismo.

A título de exemplo, apenas para citar alguns autores de língua inglesa que buscaram dialogar com as conclusões às quais chega David Harvey, Stuart Elden (2009) argumenta que o primeiro confrontou parte das ideias de Lefebvre ao presumir que dar mais ênfase à centralidade do espaço na reprodução capitalista poderia levar a uma análise que autonomizaria o espaço dos demais processos sociais¹⁸. De acordo com o primeiro, a obra de Lefebvre havia sido mais desenvolvida por geógrafos anglófonos posteriores, como Edward Soja e Derek Gregory.

Soja (1993), por sua vez, se propõe a construir um “materialismo histórico-geográfico completo”, e localiza Harvey dentre aqueles que foram suscetíveis a incorporar o espaço na teoria social crítica, como um produto social numa perspectiva materialista, mas que ficou pelo meio do caminho na busca por espacializar todas as categorias do marxismo, recorrendo a um “marxismo cru” quando se deparava com as limitações da teoria. Da mesma forma, Gregory (1994) busca afirmar uma dialética socioespacial, ou seja, uma relação indivisível entre as estruturas sociais e as estruturas espaciais.

Por outro lado, Neil Smith (1988) incorpora e aprofunda o arsenal teórico desenvolvido por Harvey. Para o primeiro, a produção do espaço é produto da prática social e histórica, e é no seu processo que, a partir do espaço absoluto como espaço do valor de uso, o capitalismo produz espaços relativos como dimensão dos valores de troca. Assim, a desigualdade da distribuição dos investimentos de capital pela superfície terrestre favorece a diferenciação espacial, ou o *desenvolvimento desigual*. Este processo ocorre por meio dos investimentos em capital fixo, que precisam ser fixados no espaço absoluto, e ao mesmo tempo favorecem a produção do espaço relativo. No entanto, como os investimentos em capital fixo também estão em permanente transformação, o autor argumenta que o capitalismo convive, de

¹⁸ Harvey alerta sobre a preocupação de não aderir a um “fetichismo espacial”. Nas palavras do autor, “[...] encaro a localização como um atributo material fundamental da atividade humana, mas reconheço que a localização é socialmente produzida. A produção de configurações espaciais pode então ser tratada como um ‘momento ativo’ dentro da dinâmica temporal geral da acumulação e da reprodução social” (HARVEY, 2013. p. 479).

forma simultânea, tanto com uma tendência à igualização quanto com uma tendência à diferenciação geográfica¹⁹.

Assim, observa-se que o encontro entre o marxismo e a Geografia não originou produções teóricas uníssonas, tampouco deu lugar a alguma corrente teórica hegemônica; pelo contrário, este encontro propiciou o desenvolvimento de diferentes perspectivas teóricas dentro do marxismo. Assim, da mesma forma, sua recepção e crítica no âmbito da Geografia de influência marxista refletiu as discussões em aberto referentes ao encontro (tardio e) muitas vezes conflituoso entre a Geografia e o marxismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da investigação empreendida, pode-se concluir que, na virada de seu pensamento de uma perspectiva neopositivista, aderindo a uma perspectiva marxista, David Harvey realiza um duplo movimento: num primeiro momento, se aproxima da abordagem marxiana a partir das dificuldades encontradas ao discutir o urbano pela perspectiva até então adotada. Num segundo momento, diante de uma revisão das obras de Marx, buscar contemplar uma dimensão geográfica de sua teoria, considerada pelo primeiro, até então, como uma lacuna na teoria marxiana.

O autor conclui essa empreitada analisando de forma mais detida a discussão de Marx acerca das crises de superacumulação no capitalismo, destacando a dimensão geográfica desta. Para isso, analisa a circulação do capital fixo, desdobrando na constituição de infraestruturas físicas e sociais, que possuem uma tendência contraditória à fixidez e ao movimento. Disso, se desdobra uma ordenação espacial do ambiente construído, que, em movimento, concretiza um desenvolvimento geográfico desigual – o sentido lógico da geografia histórica da acumulação capitalista. Diante da impossibilidade de os aspectos geográficos resolverem em definitivo a crise capitalista, o autor afirma que a única saída possível, a longo prazo, é através de uma “dialética externa”, ou seja, através da superação das categorias do capital; em suma, pela superação do modo de produção capitalista.

Nota-se também que, na construção de seu pensamento marxista em “Os limites do capital”, David Harvey enfatiza sobremaneira o processo de circulação de capital e a formação de crises de acumulação. O autor, desta forma, se detém, de maneira bastante minuciosa, ao que poderíamos chamar de aspectos mais “econômicos” da realidade. A incorporação dos aspectos

¹⁹ Observa-se uma conclusão muito parecida à qual David Harvey (2013) chega, no que define como o terceiro “recorte” da teoria da crise de Marx.

mais relacionados aos âmbitos da política, da sociedade, e da ideologia e da cultura, ainda que não passem à margem de sua obra, possuem uma presença tímida no núcleo duro de sua teoria²⁰. Com isso, estão colocados os elementos teóricos do que o autor posteriormente (HARVEY, 2015) irá chamar de *materialismo histórico-geográfico*, ou seja, um arcabouço teórico que “[...] proporciona um meio poderoso para o entendimento da dinâmica da mudança urbana em um local e época específicos” (Harvey, 2015. p. 37).

Faz-se importante destacar, assim, que esta elaboração ocorre nos anos 1970 e 1980, em meio a um processo de maior internacionalização da produção e da circulação do capital, em que a escala da acumulação capitalista se ampliou, e o componente geográfico se tornou mais nítido em todo esse processo. Com isso, o autor traz uma contribuição original para o debate marxista, apresentando debates que marcaram o marxismo no último quarto do século XX e nas primeiras décadas do século XXI.

A partir dessa pesquisa, é possível contrapor, em investigações posteriores, as conclusões de Harvey às de outros autores que também contrapuseram o arcabouço conceitual marxista à disciplina geográfica, bem como as continuidades e transformações na obra de Harvey no decorrer do autor no que tange às conclusões chegadas em *Os limites do capital*. O que se pode concluir previamente é que a resposta para isso terá uma importante relação com a busca por responder a questões teóricas e concretas de cada tempo histórico.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental; nas trilhas do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEY, Joana Maria Petrus; PONS, Joana Maria Seguí; REYNÉS, Maria Rosa Martínez. La Geografía del transporte en la encrucijada de varias ciencias sociales: algunas posibilidades de renovación. In: SILVEIRA, Márcio Rogério (org.). Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 93-145.

²⁰ É pertinente notar que, três anos após a publicação de “Os limites do capital”, quando da publicação de “Consciousness and the urban experience” (HARVEY, 1985a) – obra que localiza a maior parte dos escritos que posteriormente dariam origem a “Paris, capital da modernidade” (HARVEY, 2015) –, Harvey passe a dar uma importância muito maior aos aspectos antes secundarizados em “Os limites do capital”. Na referida obra sobre Paris, o autor discute como as transformações urbanas realizadas na cidade em meados do século XIX foram motivadas pelas necessidades da acumulação capitalista, mas, desta vez, sem diminuir a importância dos outros aspectos; pelo contrário, buscando construir uma dialética que os integre e correlacione.

CAPEL, Horacio. *Filosofia y ciencia en la Geografia contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.

CASTREE, Noel. The detour of critical theory. In: CASTREE, Noel; GREGORY, Derek (ed.). *David Harvey: a critical reader*. Malden: Blackwell Publishing, 2006.

ELDEN, Stuart. Production of space. In: GREGORY, Derek et al. *The dictionary of Human Geography*. Pondicherry: Wiley-Blackwell, 2009.

FAISSOL, Speridião. Comentário bibliográfico e notas à margem: “Explanation in Geography” de David Harvey. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 81-119, 1972.

GREGORY, Derek. *Geographical imaginations*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.

HARVEY, David. *Justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *Consciousness and the urban experience: studies in history and theory of capitalist urbanization*. Oxford: Basil Blackwell; Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985a.

_____. The geopolitics of capitalism. In: GREGORY, Derek; URRY, John. *Social relations and spatial structures*. Houndmills: Higher and Further Education Division; Londres: Macmillan Publishers Ltda, 1985.

_____. A geopolítica do capitalismo. In: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005a. p. 127-162.

_____. A reinvenção da geografia: uma entrevista com os editores da *New Left Review*. In: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005b. p. 16-40.

_____. Prefácio. In: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005c. p. 11-14.

_____. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. O espaço como palavra-chave. *Geographia*, Niteroi, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.

_____. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2014a.

_____. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2014b.

_____. Paris: capital da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

LA BLACHE, Princípios de geografia humana. Lisboa: Cosmos, 1954.

LEFEBVRE, Henri. La pensée marxiste et la ville. Paris: Casterman, 1972.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MARX, Karl. Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

PEDROSA, Breno Viotto. Entre as ruínas do muro: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura. 2013. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24092013-102013/pt-br.php>>. Acesso em: 15 set. 2021.

RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990.

RECLUS, Élisée. A ação do homem como modificador das condições naturais, dominando e transformando a natureza. In: ANDRADE, Manuel Correia de (org.). Élisée Reclus. São Paulo: Ática, 1985.

SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward W. Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Declaração de conflito de interesse

Os autores declaram que não há conflito de interesse.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Declaração de uso de Inteligência Artificial

Não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.